# PROJETO DE LEI ORDINÁRIA - EXECUTIVO 29/2026

***Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Colaboração com a ONG Arte Viva Jardim Serra da Bodoquena, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014, e conceder repasse financeiro para execução de projeto de interesse público.***

**JULIANO DA CUNHA MIRANDA,** Prefeito Municipal de Jardim**,** Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Colaboração, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto Municipal nº 024, de 27 de janeiro de 2021, **com a ONG Arte Viva Jardim Serra da Bodoquena, inscrita no CNPJ nº 15.291.647/0001-97**, visando fortalecimento das atividades Socioassistenciais da beneficiária às crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela organização.

**Art. 2º.** Para execução do objeto da parceria, fica o Poder Executivo autorizado a conceder repasse financeiro no valor total de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

**§ 1º.** Os recursos serão destinados exclusivamente às despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, que deverá integrar o processo administrativo da parceria.

**§ 2º.** Os repasses serão efetuados em parcelas, observando o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

**§ 3º.** A liberação de cada parcela ficará condicionada ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Termo de Colaboração.

**Art. 3º.** Constituem objetivos da parceria:

I – fortalecer o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvido pela entidade;
II – ampliar o atendimento de crianças, adolescentes, jovens e famílias em vulnerabilidade social;
III – promover inclusão social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de atividades culturais, educativas e socioassistenciais.

**Art. 4º.** A celebração da parceria fica condicionada:
I – à apresentação e aprovação do Plano de Trabalho;

II – à comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da Organização da Sociedade Civil;
III – ao atendimento dos requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014;
IV – à emissão de parecer jurídico e parecer técnico favoráveis;
V – à disponibilidade orçamentária e financeira.
VI – observância das metas, indicadores e cronograma físico-financeiro constante no plano de trabalho.

**Art. 5º.** A Organização da Sociedade Civil deverá:

I – executar integralmente o objeto pactuado;
II – aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades previstas nesta Lei e no Plano de Trabalho;
III – manter documentação comprobatória da execução física e financeira;
IV – prestar contas na forma da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis;
V – permitir o acompanhamento, monitoramento e fiscalização pelo Município e pelos órgãos de controle.

**Art. 6º.** Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:
I – acompanhar a execução da parceria;
II – monitorar e avaliar os resultados;
III – designar gestor e comissão de monitoramento e avaliação, quando exigido pela legislação;
IV – analisar a prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação consignadas no orçamento vigente.

**Parágrafo único**. Poderão ser suplementadas as dotações, se necessário, na forma da legislação vigente.

**Art. 8º.** A presente autorização legislativa não dispensa o cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente quanto à formalização do Termo de Colaboração, execução, fiscalização, monitoramento e prestação de contas.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JULIANO DA CUNHA MIRANDA**
Prefeito do Município de Jardim/MS

JARDIM/MS, 06 de Agosto de 2026

Ver. Tereza Moreira - presidente
Presidente(a)